

África: meio século de independência

Os últimos 50 anos foram para o continente africano um período tumultuoso caracterizado, em muitos casos, por uma sucessão de desastres, de instabilidade política, de calamidades naturais, de golpes de Estado e de guerras civis que deram origem, perante a opinião pública mundial, a uma imagem deplorável, por vezes também algo exagerada ou distorcida de uma realidade que não é necessariamente a mesma em todas as regiões.

Estratégias de desenvolvimento

De facto, não é raro ignorar-se que se houve *retrocessos* evidentes nestas últimas décadas, também se registaram *progressos* que passam mais demorado despercebidos mas que não são menos reais, tanto na vida cultural e política como no plano económico, mesmo quando esses “progressos” são sectoriais ou circunscritos no espaço. As iniciativas da sociedade civil (por exemplo, na organização de defesa dos consumidores, na constituição de cooperativas populares como as *tontines* na África Ocidental, na criação e desenvolvimento de sindicatos ou de movimentos cívicos em defesa da democracia, etc.), ou de instituições públicas e privadas e mesmo do Estado, têm conseguido resultados que estão longe de serem negligenciáveis, mesmo quando não beneficiam da publicidade que os tornaria mais conhecidos ou valorizados, ou quando os seus resultados ficam, apesar de tudo, aquém dos intentos que estiveram na sua origem.

Outro elemento frequentemente esquecido é a extrema juventude da população africana, o que, implicitamente, é um factor de dinamismo para o futuro mesmo se, por agora, constitui um fardo pesado do ponto de vista financeiro. De qualquer modo, se compararmos o número de quadros africanos (técnicos, intelectuais e outros) dos anos 60 com o número avassalador (embora ainda hoje insuficiente) de jovens africanos preparados em todos os ramos da ciência, da técnica e da cultura, vemos que o chamado “declínio” da África é uma noção muito relativa. Todos aqueles que

conheceram directamente os dois períodos sabem-no bem.

No plano económico, três grandes estratégias de desenvolvimento caracterizaram as políticas seguidas depois da independência pela generalidade dos países africanos: a estratégia de substituição das importações (ESI), a estratégia de promoção das exportações (EPE) e a estratégia das indústrias industrializantes (EII).

A primeira (ESI) e a mais divulgada, que tantas legítimas esperanças despertou nos anos 1960-80, revelou-se um fracasso. Não pelo princípio em si – que tem fundamento desde que seja visto como uma “medida provisória” – como os neoliberais costumam sustentar, mas porque a ESI foi tomada como um *fim* e não como um *meio*, ao contrário do que fez a Coreia do Sul depois da 2.ª Guerra Mundial. Na maior parte dos países africanos o erro dessa opção era visível logo nos primeiros anos de aplicação da ESI, mas os dirigentes africanos obstinaram-se em segui-la, em grande parte por razões ideológicas, embora alguns autores – sobretudo liberais – tenham lançado o alerta. Porém a maioria dos economistas, incluindo economistas africanos, só *a posteriori* tomou consciência da inviabilidade da ESI enquanto fim em si. As barreiras alfandegárias, os projectos irrealistas (os chamados “*elefantes brancos*”), o endividamento progressivo, a falta de inovação tecnológica, a corrupção crescente, mostraram claramente que eram um ciclo vicioso cujos limites foram a pouco e pouco atingidos e as suas consequências agravadas.

A segunda orientação – a “estratégia de promoção de exportações” (EPE) – também não se revelou exequível pela simples razão, que a África Subsariana (AS), desprovida de equipamento ou de tradição industrial, de *know-how* e de recursos humanos qualificados (com excepção da África do Sul), nada tinha para exportar para além das matérias-primas brutas e de produtos agrícolas, claramente insuficientes para promover um desenvolvimento diversificado e dinâmico. A única excepção no continente foi, até certo ponto, a Tunísia, na África do Norte, sob a orientação pragmática de Habib Bourguiba, a qual apostou nas exportações de produtos

manufacturados, ainda que em indústrias artesanais ou de pequena dimensão – baseadas na valorização do artesanato – que souberam integrar algumas inovações tecnológicas.

A terceira via foi a “estratégia das indústrias industrializantes” (EII) teorizada na época pelo professor Gérard Destanne de Bernis, ou seja, uma modalidade ambiciosa da substituição de importações, com uma aposta nas indústrias pesadas a montante (petroquímica, siderurgia, etc.) e a sua integração com a procura a jusante (máquinas, ferramentas, produtos químicos, etc.), tudo à medida de um idílico mercado interno integrado, onde a indústria e a agricultura se alimentariam recíproca e harmoniosamente. Esse circuito fechado dentro das fronteiras nacionais revelou-se rapidamente asfíxiante e altamente oneroso. Por isso só a Argélia independente tentou aplicar esse modelo por ser um país produtor de petróleo cujas bases financeiras foram fortalecidas pelos “choques petrolíferos” dos anos 70 (1973 e 1979). Mas as flutuações do mercado do crude provocaram em seguida a diminuição drástica desses rendimentos. O endividamento, seguido do estrangulamento financeiro, fizeram o resto. A EII revelou-se finalmente tão ilusória e ineficaz como as precedentes, conduzindo à ruína do único país africano que tentou esta estratégia...

As dimensões da “externalização” e da “interiorização” em África

As desilusões das primeiras décadas das independências africanas foram igualmente agravadas pelas turbulências políticas na construção das Nações por Estados mal apetrechados em termos políticos e técnicos, o que abriu caminho a desequilíbrios profundos que se traduziram frequentemente em golpes de Estado, guerras, conflitos étnicos, etc., que arruinaram todos os países onde se verificaram. Alguns escaparam durante algum tempo a essas calamidades mercê da acção pragmática de *leaders* políticos como foram os casos de Senghor no Senegal e de Houphouët Boigny na Costa do Marfim, ou de Bourguiba na Tunísia (mais recentemente é de assinalar igualmente a acção positiva

de homens como Nelson Mandela na África do Sul, de Joaquim Chissano em Moçambique, de Abdou Diouf e Abdoulaye Wade no Senegal, e de praticamente todos os altos responsáveis políticos cabo-verdianos), mas, com novos dirigentes, o futuro da maior parte dos países africanos é bastante incerto.

De uma maneira geral as causas das crises africanas do último meio século podem ser vista a dois níveis:

O primeiro e mais frequentemente referido pelos analistas tem a ver com as relações entre a África e os países industrializados na perspectiva de uma dominação “imperialista” ou “neocolonial”. O acento tónico é posto na “externalização”, ou seja a causa do subdesenvolvimento africano reside – ou encontra as suas origens – na “dominação” da África pelos países desenvolvidos do Ocidente.

O segundo nível, habitualmente mais timidamente abordado pelos analistas, a que poderemos talvez chamar da “interiorização”, encontra as causas das crises africanas nos factores internos – má governação, corrupção, tribalismo, incapacidade das elites políticas africanas, etc.

Esta dicotomia parece exagerada e talvez seja mais acertado encontrar as razões das dificuldades na conjugação das duas vertentes: externa e interna.

É certo que o desequilíbrio entre o Norte e o Sul, entre países desenvolvidos e países “em desenvolvimento” não foi (e continua a não ser) politicamente corrigido. Nesse capítulo é evidente a responsabilidade da Europa e dos EUA (sem falar das responsabilidades decorrentes do período colonial propriamente dito), apesar das iniciativas que nos últimos anos tiveram lugar (Convenção de Lomé, Ajuda Pública ao Desenvolvimento, cláusula da nação mais favorecida do GATT, e outras...) que, sem deixarem de ser positivas, foram insuficientes para promover o desenvolvimento africano.

No entanto a visão doutrinária excessivamente “externalizada”, cuja análise teórica atingiu o seu ponto mais elaborado com a *escola da dependência* (Gunder Frank, Teotónio dos Santos, Samir Amin e, de maneira mais heterodoxa, Fernando Henrique

Cardoso) revelou-se insuficiente para ter em conta as responsabilidades políticas internas no Sul. É hoje evidente que esta última vertente foi demasiadamente negligenciada, como agora se verifica pelos resultados da acção de Robert Mugabe no Zimbábue ou, nos últimos dias de Setembro de 2009, na Guiné-Conacri, com os crimes ordenados pelo capitão Dadis Camara, o qual parece querer seguir a “tradição” obsoleta inaugurada pelo antigo presidente Sékou Touré (revista *Jeune Afrique*, 4 de Outubro de 2009)

Se a separação das causas externas e internas é artificial e explica pouco, por outro lado também o acento posto exclusivamente nas origens económicas da crise africana não basta para nos fazer compreender as dificuldades actuais. Por exemplo, falta ainda discutir o papel do Estado em África, esse “Estado Leviatã”, espécie de monstro *ad hoc* desprovido daquela racionalidade, organização e “eficácia” que a construção política de Thomas Hobbes pressupunha. Da imagem complexa do Leviatã em muitos casos ficou apenas retida a caricatura do Ogre que devora os seus próprios filhos e serve minorias predatórias que se apropriam da soberania para exclusivo uso pessoal.

O défice de democratização real e abertura

O caminho a percorrer em África, como noutras partes do mundo, já foi enunciado pelo universalismo de Montesquieu, apontando para a democracia e não para “autenticidades” africanas duvidosas (fundamentalmente racistas, aliás) ou para regimes autoritários e mesmo despóticos que só trazem com eles a ruína e a regressão. Um outro factor que tem dominado as preocupações africanas é, pelo menos desde 1975, o problema da integração regional num continente em que a fraqueza dos mercados internos nacionais exige uma união muito mais consistente do que meros acordos fronteiriços e mais ou menos pontuais. As instituições de integração regional existentes desde 1975 (CEAO, CEDEAO, SADCC/SADC, etc.) têm-se revelado incom-

pletas e ineficazes, em grande parte por falta de vontade política.

Também nos últimos anos foram lançadas iniciativas como os “*Objectivos do Milénio*” ou, por iniciativa propriamente africana, o NEPAD (New Partnership for Africa’s Development), a primeira propondo-se reduzir drasticamente os maus indicadores do continente em vários sectores (educação, saúde, etc.) até 2015, e o segundo propondo-se favorecer a intervenção do sector privado em África numa perspectiva que podemos considerar essencialmente liberal.

A crise mundial desencadeada a partir de 2007-2008 parece ter alterado esses planos. Tudo indica que as nobres intenções dos “Objectivos do Milénio” não serão concretizadas e que o NEPAD poderá estar a caminho do fracasso, segundo as críticas do próprio presidente do Senegal, A. Wade.

A euforia do neoliberalismo mundial impulsionado nos anos 1980 pelos países anglo-saxónicos, EUA (Ronald Regan) e Reino Unido (Margaret Thatcher) estendeu-se durante mais de vinte anos pelo mundo inteiro, incluindo os países africanos. O optimismo dogmático dos neoliberais, irrealista como já está demonstrado, é também, em grande parte, mal fundamentado no plano teórico (ver J. Stiglitz, A. Sen e P. Krugman, para só citar três prémios Nobel da Economia), conduziu em 2008 à maior crise que a economia mundial conheceu nos últimos 80 anos e cujas consequências ainda são imprevisíveis. É certo que, de um determinado ponto de vista, a chamada globalização se revelou de certo modo eficaz (centenas de milhões de chineses e de indianos foram tirados da miséria absoluta). Mas, em termos globais, pela maneira como foi posta em prática com a supremacia absoluta do sector financeiro especulativo, revelou-se um gigante com pés de barro, como já tinha sido afirmado em 1944 por Karl Polanyi, cuja leitura adquiriu nova actualidade depois de a sua lição ter sido quase esquecida com o advento do neoliberalismo nos anos 80.

Se a África sofreu menos do que outras regiões do mundo com esta crise, não foi por ter observado qualquer “princípio de precaução”, mas simplesmente porque o seu sector financeiro estava ainda pouco

integrado no sistema global, pelo que o sismo abalou menos os alicerces das economias africanas do que noutras regiões mais “globalizadas”. O total dos activos dos 100 primeiros bancos africanos atinge em 2009 cerca de 952 mil milhões de dólares, o que ainda é relativamente modesto para um continente com várias dezenas de países. Desse total, 30 bancos detêm 82% dos activos financeiros (revista *African Business*, n.º de Set/Out 2009).

Projectões para o futuro

Em resumo, o futuro de desenvolvimento africano dependerá muito do que for feito nos países industrializados (inclui-se aqui a China) para reparar os estragos ocasionados a nível mundial pela falta de regulação dos mecanismos financeiros. Nesse plano é difícil ser tão optimista como a generalidade dos neoliberais, se julgarmos pela timidez das medidas preconizadas até este momento pelo G20, cujos governos não parecem tirar todas as consequências dessa crise financeira, em particular se pensarmos na intocabilidade dos chamados “paraísos fiscais”, cujo carácter nocivo ficou bem evidente, mas que continuam a não ser objecto de medidas realistas anti-especulativas. Sendo a questão da regulação financeira um problema central da economia mundial, como o demonstrou Polanyi, é verosímil que, mesmo se esta crise for debelada (o que ainda falta demonstrar), mais cedo ou mais tarde outras se lhe seguirão, talvez até com maior violência ainda. Nessa hipótese não se vê como é que as economias africanas poderão enveredar finalmente pelo caminho do desenvolvimento sustentável (não se fala aqui apenas de “crescimento”) num futuro próximo. A globalização parece ser um fenómeno irreversível que é inútil rejeitar cegamente, mas será necessário controlar e aproveitar as suas potencialidades para não a deixar cair mais uma vez nas mãos de especuladores irresponsáveis ou de políticos sem outro projecto para além da obsessão teológica do mercado. Se a crise se acentuar ou se, depois de uma acalmia, regressar com a mesma violência por não terem sido tomadas a tempo as decisões

políticas e económicas adequadas, os países africanos serão as maiores vítimas da sua própria fragilidade.

De qualquer modo o balanço destes 50 anos de independência deve ser um balanço de algum modo prudente. Apesar dos erros, em muitos sectores foram dados passos que não podem ser objectivamente ignorados se compararmos a África de hoje com aquela de há mais de 50 anos. A despeito das tragédias sofridas, de que as elites políticas acarretam grandes responsabilidades, e da insatisfação que muito jovens africanos alimentam face ao futuro, se nos projectarmos no horizonte dos próximos 50 anos, o *afropessimismo* deve ser arduamente combatido porque as potencialidades do continente são imensas e continuam praticamente inexploradas.

Mas o problema é político, antes mesmo de ser económico... ■